

PROCESSO LICITATÓRIO nº 62/2015
Modalidade: Pregão Presencial Nº 34/2015
Sistema Registro de Preço

De acordo com a Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, Decretos Municipais nº 1.142, nº 1.660 e Demais Leis Aplicáveis.

Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.
Interessado	Prefeitura Municipal de Botuverá e Fundo Municipal de Saúde.
Tipo	Menor Preço Global Por Lote.

Entrega dos Envelopes	Prefeitura Municipal de Botuverá – Rua João Morelli, 66 – Centro Data Limite: 08/12/2015 Hora: 9:00 horas Abertura: 08/12/2015 Hora: 09:15 horas
Recursos Orçamentários	CÓDIGO: 600 – 11000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 11001 – 0010 – 0122 – 0090 – 02.28 – 3390000000 CODIGO: 515 – 6000 - SECRETARIA DE OBRAS. 6001 – 0026 – 0782 – 0125 - 02.35 – 3390000000. CÓDIGO: 453 – 4000 – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO. 4001 – 0012 – 0361 – 0025 – 02.13 – 3390000000. CÓDIGO: 432 – 3000 – SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO 3001 – 0004 – 0128 – 0010 – 02.50 – 3390000000.

Botuverá-SC, 24 de Novembro de 2015

EDITAL
Processo Licitatório nº. 62/2015
Pregão Presencial Nº. 34/2015
Sistema Registro de Preço

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO,**

1. O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público, para conhecimento de todos os interessados que, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar 123/2006 e subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nº 1.142, nº 1.660, demais Leis aplicáveis, normas pertinentes e pelas condições estabelecidas do presente edital, que no dia **08/12/2015 às 09:00 horas**, estará realizando licitação sob a modalidade de **Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço**, tipo **“Menor Preço Global Por Lote** para Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho.

2. OBJETO:

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, CONFORME SEGUE:

LOTE Nº 01			
ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO DO MATERIAL E PRODUTO
001	12	MES	Código 7020: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional-PCMSO. Elaborar Exames Admissional, Demissional, Periódicos, Retorno ao Trabalho, Mudanças de Função e Abonar Atestados Médicos, Conforme NR 7. (Valor pagamento mensal, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).
002	01	ANO	Código 7021: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA. Elaborar programa de prevenção de riscos ambientais, conforme NR 9. (Valor pagamento anual, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).
003	01	ANO	Código 7022: Serviços Médicos Para Elaboração e Execução do Laudo Técnico Das Condições Do Ambiente De Trabalho-LTCAT. Elaborar laudo técnico das condições do ambiente de trabalho, conforme NR15 e NR16. (Valor pagamento anual, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).
004	01	CANT	Código 7023: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho-PCMAT. Elaborar programa de condições e meio ambiente de trabalho, conforme NB 18. (Valor pagamento por canteiro de obra ou cada etapa de trabalho na Prefeitura).
005	01	UND	Código 7024: Serviços de Implantação, Assessoria, Curso e Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA.
006	30	UND	Código 7025: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP.
007	50	EXA	Código 7026: Serviço Médico Para Realizar Exame de Acuidade Visual.

008	50	EXA	Código 7027: Serviços Médico Para Realizar Exame de Audiometria.
009	50	EXA	Código 7028: Serviços Médico Para Realizar Exame de Espirometria.
010	50	EXA	Código 7029: Serviços Médico Para Realizar Exame de Raio X do Tórax PA.
011	50	EXA	Código 7030: Serviços Médico Para Realizar Exame de Eletrocardiograma.
012	50	EXA	Código 7031: Serviços Médico Para Realizar Exame de Eletroencefalograma.
013	50	EXA	Código 7032: Serviços Médico Para Realizar Exame de Avaliação Neurológica.
014	50	EXA	Código 7033: Serviços Médico Para Realizar Exame de Avaliação Neurológica.

2.1.1. O Julgamento das propostas será feito pelo **Menor Preço Global Por Lote**. Deverá ser apresentadas propostas em todos os **itens 001 A 014 do Lote**. Caso contrário a proposta será desclassificada.

2.1.2. A administração fixa a estimativa de consumo para aquisição de bens e serviços de que trata o artigo 12º da Lei Federal nº 10.520/02 e artigo 15º da Lei nº 8.666/93 e alterações, em torno de **até R\$-58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) por um ano**, que serão suportados por dotação específica, podendo a Administração adquirir quantidades, valores maiores ou menores, sempre dentro dos parâmetros de preços registrados neste edital.

2.1.3. A presente licitação não gera a obrigação da retirada total da quantidade licitada por parte da Prefeitura de Botuverá, não cabendo a contratada quaisquer indenização pelos saldos.

2.2. PRAZO DE VIGENCIA DOS SERVIÇOS:

2.2.2. O prazo máximo da vigência da ata de Registro de Preços para execução dos serviços será de **um ano ou 12 (doze) meses**.

2.3. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.3.1. Os serviços serão prestados na sede do licitante vencedor.

2.3.2. Para a prestação dos serviços especificados, deverá a licitante vencedora estar afastada em distância viária não superior a 25 (vinte e cinco) Km da Sede da Prefeitura Municipal de Botuverá, em razão do deslocamento dos servidores públicos para realização dos exames, **conforme descrição do objeto item 2.1**.

2.3.2. A qualquer tempo, a Prefeitura Municipal de Botuverá poderá solicitar atendimento no Município, com dia e hora previamente especificada, sem qualquer ônus para Administração Pública.

2.4. DAS RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:

2.4.1. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto n 61.784,

de 28/11/1967. A inadimplência da Contratada para com estes encargos, não transfere a Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

2.4.2. Solicitar com antecedência mínima de 3 (três) dias a documentação necessária para elaboração dos laudos técnicos, através de protocolo no setor de Recursos Humanos do Município. A retirada posterior de toda a documentação solicitada, deverá ser realizada por funcionário da licitante vencedora, devidamente identificado, no setor de Recursos Humanos.

2.4.3. Para a elaboração dos laudos técnicos, a empresa licitante vencedora deverá disponibilizar funcionário qualificado, devidamente identificado, para acompanhar o trabalho dos servidores públicos, mediante solicitação. Os laudos serão realizados conforme necessidade da Administração Pública.

2.4.4. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do **ramo atividade compatível** com o objeto desta licitação.

3.2. Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.3. Empresas que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, sendo verificada tal restrição no site: www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

3.3.1. A não observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

3.4 Não poderão participar pessoas físicas.

3.5. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.6. Não será permitida a apresentação de proposta por um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

3.7. Não será admitida a participação de empresas em consórcio.

3.8. Aplica-se neste Edital o disposto da Lei Complementar 123/2006 e alterado pela LC147/2014, artigos 47 e 48, inciso I destinado exclusivamente a participação de microempresas e pequeno porte na contratação cujo valor é de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.9. Não se aplica o disposto nos artigos 47 e 48 previsto no Artigo 49 inciso II LC123/2006 quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores participantes enquadrados como Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte, ficando ampliada a competição para as demais empresas normais participantes do certame.

4. ENTREGA DOS ENVELOPES:

4.1. Dos envelopes **“PROPOSTA DE PREÇOS”** e **“HABILITAÇÃO”**:

4.1.1. Os envelopes **“PROPOSTA DE PREÇOS”** e **“HABILITAÇÃO”** deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues no endereço, dia e horário especificados abaixo.

4.1.1.1. **LOCAL:** Prefeitura Municipal de Botuverá.

4.1.1.2. **DATA:** 08/12/2015

4.1.1.3. **HORÁRIO 09:00 (nove horas).**

4.1.2. A Sessão de Abertura dos envelopes acontecerá no dia, horário e local especificado abaixo:

4.1.2.1. **LOCAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de BOTUVERÁ.

4.1.2.2. **DATA:** 08/12/2015.

4.1.2.3. **HORÁRIO:** 09:15 (nove horas e quinze minutos).

4.2. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.2.1. Os envelopes deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e indicar em sua parte externa e frontal, preferencialmente os seguintes dizeres:

4.2.1.1. No envelope de **PROPOSTA DE PREÇOS:**

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço Nº 34/2015
EMPRESA PROPONENTE:
CNPJ:
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

4.2.1.2. No envelope de **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço Nº 34/2015
EMPRESA PROPONENTE:
CNPJ:
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

4.3. A Prefeitura Municipal de BOTUVERÁ, **não se responsabilizará** por envelopes de “Credenciamento”, “**Proposta de Preços**” e “**Documentos de Habilitação**” que não forem entregues no Dep. de Compras (setor de Licitações/pregoeiro), no local, e até a data e horário definidos nos itens 4.1.1.1., 4.1.1.2 e 4.1.1.3.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. No início da sessão, cada licitante far-se-á representar por seu titular ou pessoa devidamente credenciada, (**conforme modelo do Anexo III – Carta de Credenciamento**) que terá poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive responder diligências formuladas pelo Pregoeiro.

5.2. O prazo para credenciamento encerra-se no momento da abertura da sessão do Pregão.

5.3. O credenciamento do representante da licitante deverá ser efetuado da seguinte forma:

a) No caso do representante **ser sócio ou sócio-diretor** da empresa, o mesmo deverá apresentar o ato constitutivo, contrato social ou estatuto da mesma, onde deverão constar os poderes do representante presente.

b) Caso o representante **não seja sócio ou diretor**, o seu credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, ou do termo de credenciamento (**conforme modelo anexo III**), que deverá ser assinado pelo representante legal da empresa participante, cuja legitimidade deverá ser comprovada através do ato constitutivo da mesma.

5.4. A documentação para o credenciamento deverá ser apresentada **fora dos envelopes “proposta” e “documentação”**, em uma via, original ou cópia autenticada por tabelião ou por servidor qualificado da administração pública.

5.5. Não serão admitidos mais de um representante por empresa nem um único representante para mais de uma empresa.

5.6. Deverá ser ainda entregue juntamente com o credenciamento (**Anexo III**) ou dentro de envelope da **proposta comercial**, declaração emitida pelo proponente na qual afirma estar ciente das normas contidas neste Edital e que atende todos os requisitos de comprovação de habilitação solicitados no **item 7 deste Edital**. A declaração deverá ser elaborada, conforme o modelo do **Anexo I** deste edital.

5.7. MICRO EMPRESAS – ME, OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP:

5.7.1. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 (artigos 42 a 45), os representantes de Microempresas – ME, e Empresas de Pequeno Porte – EPP, deverão credenciar-se e apresentar **fora do envelope** à certidão simplificada, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, para comprovação de sua condição. **Essa certidão não poderá ter prazo de emissão superior a 180 (cento e oitenta dias).**

OBS.: Caso a participante não apresente o documento solicitado no item anterior, não lhe será concedido o direito de fazer uso da prerrogativa prevista na LC123/2006.

6. PROPOSTA COMERCIAL

6.1. As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas em papel timbrado, em Língua Portuguesa, (**conforme Anexo V – Proposta de Preço**), com páginas rubricadas, sendo a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo ao Município de BOTUVERÁ ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo e, deverão constar:

6.1.1. Razão Social, número do CNPJ, endereço, telefone e fax, se houver da empresa proponente;

6.1.2. Preço do objeto, em moeda nacional, em algarismo, com, no máximo, **02 (duas) casas** decimais após a vírgula.

6.1.3. No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer ônus que porventura possam recair sobre o atendimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

6.1.4. Para fins de Registro de Preço o Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 dias contados da data estipulada para a entrega dos envelopes.

6.1.5. A proposta deverá indicar a marca do produto ofertado, sob pena de desclassificação do item.

6.2. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma cotação para cada item no objeto desta licitação.

7. HABILITAÇÃO:

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual ou;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor da Empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais ou;

7.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de constituição da diretoria em exercício.

7.1.4. Observação: Caso o LICITANTE apresente o Contrato Social no ato do credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no Envelope de Habilitação.

7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.2.1. Prova da inscrição da empresa no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica**.

7.2.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, sendo a Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal, Previdência Social (INSS) e pela Procuradoria Geral da União; **Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1.751, de 02.10.2014.**

7.2.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do estado sede da empresa licitante;

7.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do município sede da empresa licitante;

7.2.5. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CRF**;

7.2.6. Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas – CNDT (LEI Nº 12.440/2011)**.

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1 Certidão negativa de pedidos de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data não anterior a 30 (trinta) dias antes da data de apresentação dos documentos e propostas quando a validade não estiver expressa no corpo da certidão.

7.4. Declaração de Cumprimento ao disposto artigo 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF/88, que dispõe sobre o não emprego de menores, na forma do Decreto Federal nº 4.358/02, **conforme modelo (Anexo II do edital)**.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1 - Para fins de comprovação de atendimento à qualificação Técnica, a Licitante deverá apresentar:

7.5.2 - No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, para a Razão social e nº de CNPJ da Licitante, emitido por empresa de direito público ou privado, atestando que a Licitante já forneceu serviços compatível com o objeto licitado, contendo a Razão Social e o nº do CNPJ da emitente, em papel timbrado ou carimbado, e devidamente assinado por responsável.

7.5.3. Comprovar possuir no quadro permanente da empresa, na data prevista para entrega dos envelopes, profissionais nas seguintes áreas, devidamente registrados nos órgãos descritos abaixo:

Nº	PROFISSIONAL	CAPACITAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	REGISTRO DE CLASSE
01	Médico do PCMSO	Curso de Pós-Graduação Medicina do Trabalho	Especialista em Medicina do Trabalho	Registro no CRM-SC e RQE

01	Médico Examinador	Graduação Em Medicina	X-X	Registro no CRM-SC
01	Técnico em Segurança do Trabalho	Curso Técnico em Segurança do Trabalho	X-X	Registro no MTE
01	Técnico de Enfermagem	Curso Técnico de Enfermagem	X-X	Registro no COREN

7.5.3.1: A comprovação de que os profissionais pertencem ao quadro permanente da empresa, deverá ser através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, da ficha de registro de empregados (FRE), contrato de prestação de serviços ou qualquer outra forma que demonstre o vínculo entre o Profissional e a empresa. No caso de um dos profissionais ser proprietário da empresa, a comprovação deverá ser através do Contrato Social da mesma. A qualificação técnica de cada profissional deve ser comprovada através de cópia do registro no órgão competente, devidamente autenticado.

7.6. OBSERVAÇÕES:

7.6.1. As certidões que não indicarem o prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo, até 30 (Trinta) dias antes da data de recebimento das propostas.

7.6.2. Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada através de cartório competente, ou por servidor qualificado da Prefeitura, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.6.3. O licitante poderá apresentar documentos referentes à matriz (sede) e/ou filial (domicílio) da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretenda contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social – INSS.

8. SESSÃO DE ABERTURA:

8.1. Após o recebimento por parte do pregoeiro, dos envelopes de proposta de preços e de habilitação, credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do **PREGÃO PRESENCIAL**, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao credenciamento das empresas.

8.2 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

8.2.1. Abertos os envelopes de Propostas, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.2.3. Se não houver, no mínimo, 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

8.3 LANCES VERBAIS:

8.3.1. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

8.3.1.1. Os lances verbais deverão ser dados considerando o valor unitário do item do objeto.

8.3.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances, quando não houver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

8.3.2.1. Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.3.2.1.1. Entende-se por empate, na situação prevista no item 8.3.2.1 deste edital, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.3.2.2. Para efeito do disposto no item 8.3.2.1 deste edital, permanecendo a situação de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, usando o direito de preferência de contratação, observado a situação de empate prevista no item 8.3.2.1.1 deste edital, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

I. A nova proposta prevista na alínea “a” deste item deverá ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.3.2.1.1., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 8.3.2.1.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.3.2.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 8.3.2.1.1 deste edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.3.2.4. O disposto no item 8.3.2.1.1 deste edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e, na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.4. JULGAMENTO:

8.4.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**

8.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.2.1. Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.4.2.2. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita, podendo o Pregoeiro negociar para obter melhores condições.

8.4.3. Sendo aceitável a oferta de menor preço por item, será aberto o envelope contendo a

documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.4.4. Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação na licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, de acordo com o art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8.4.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5(cinco) dias úteis (LC 147/2014 artigo 43 parágrafo 1º), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.4.4.3. O disposto nos itens 8.4.4.1 e 8.4.4.2 deste edital tem validade, somente, para os documentos relativos à regularidade fiscal da empresa, não se estendendo o direito aos demais documentos que por ventura sejam exigidos para a comprovação de habilitação da empresa licitante.

8.4.4.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.4.4.2., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4.5. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequêntes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

8.4.6. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

8.5. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes.

8.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes de "**HABILITAÇÃO**" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9. RECURSOS:

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. A licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.4. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 03 (três) dias.

9.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

10. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até **05 (cinco)** dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta técnica.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração a empresa licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de proposta técnica.

10.2.1. Entende-se por **EMPRESA LICITANTE**, toda a empresa de personalidade jurídica, pública ou privada, com a inscrição do objeto social semelhante ao objeto desta licitação.

10.3. A Administração julgará e responderá às impugnações em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

10.4. Os pedidos de esclarecimentos ao edital poderão ser encaminhados, por escrito, até ao segundo dia útil anterior à data marcada para a abertura dos envelopes do Pregão, que poderão ser protocoladas diretamente no Departamento de Compras ou encaminhadas através do Fax: **(47) 3359-1170** ou através do e-mail: compras@botuvera.sc.gov.br ou vilimar@botuvera.sc.gov.br.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o objeto da licitação será adjudicado ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatados a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação.

12. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO:

12.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse do **MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

13. DA CONTRATAÇÃO:

13.1. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do **Registro de Preços** a serem firmadas entre a **Administração** e o fornecedor, serão formalizadas **Através Da Ata de Registro de Preço Anexo IV**, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

13.2. A Administração poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes ou nota de empenho, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do par. 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

13.3. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os

fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

13.4. Observados os critérios e condições estabelecidos no presente Edital, a Administração poderá contratar mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observado as condições do Edital e o preço registrado.

13.5. As autorizações de fornecimentos do material e colocação desta licitação serão formalizadas pela **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** através de Ordem de Compra ou Fornecimento de serviços pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura.

13.6. A licitante vencedora que tenha seu preço registrado deverá assinar o termo da ata ou contrato decorrente do **Registro de Preço** no prazo de 48 (quarenta e oito horas) a contar da convocação expedida pela Administração, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.7. O prazo de validade do **Sistema Registro de Preços será de até 01 (um) ano**, contado a partir da data da assinatura da ata de registro ou do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, caso houver interesse de ambas as partes.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FONTES DE RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO:

14.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e FONTES DE RECURSOS:

14.1.1. Os recursos para a aquisição do objeto desta licitação estão previstos na Lei Orçamentária do exercício de 2015, com as seguintes fontes e dotação:

**CÓDIGO: 600 – 11000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
11001 – 0010 – 0122 – 0090 – 02.28 – 3390000000.**

**CODIGO: 515 – 6000 - SECRETARIA DE OBRAS.
6001 – 0026 – 0782 – 0125 - 02.35 – 3390000000.**

**CÓDIGO: 453 – 4000 – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.
4001 – 0012 – 0361 – 0025 – 02.13 – 3390000000.**

**CÓDIGO: 432 – 3000 – SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
3001 – 0004 – 0128 – 0010 – 02.50 – 3390000000.**

14.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.2.1. O pagamento será efetuado no **prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data da efetiva entrega e de cada parcela empenhada, mediante apresentação da Ordem de Compra e da Nota Fiscal dos Serviços executado (s), com a devida vistoria realizada por servidor responsável, comprovando a conformidade da entrega do material e da realização dos serviços.

14.2.2. Para efeito de pagamento, serão consideradas as quantidades dos material recebido e dos serviços efetivamente executadas e atestada pelo responsável da Prefeitura Municipal.

14.2.3. O preço a ser pago será o vigente na data da requisição e da aquisição do material e dos serviços constante, na ata de **SISTEMA REGISTRO DE PREÇO** apresentado na proposta.

14.2.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

14.2.5. Para facilidade de pagamento, solicitamos a indicação do número da conta bancária, nome do banco e agência.

15. PENALIDADES:

15.1. As licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber, às penalidades previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2. A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de **BOTUVERA**, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela **CONTRATANTE**:

15.2.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;

15.2.2. multas;

15.2.3. rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a **CONTRATADA** ao pagamento de indenização ao Município de BOTUVERÁ por perdas e danos;

15.2.4. suspensão temporária do direito de licitar com o Município de BOTUVERÁ;

15.2.5. Indenização ao Município de BOTUVERÁ da diferença de custo para contratação de outro licitante;

15.2.6. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.3. A multa será aplicada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor total adjudicado, por dia de atraso da entrega.

15.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

15.5. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

15.6. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objetivo, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - Pela Administração, quando:

a) o fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital ou na ata sistema de registro de preços;

b) o fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº. 8.883, de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso X do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883, de 06 de julho de 1994.

II - Pelo fornecedor, quando:

Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem no sistema de registro de preços.

16.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

16.3. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no **inciso I** do item 16.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

16.4. No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

16.5. A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço, não desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

16.6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderá ser realizadas novas licitações para fornecimento de **serviços** constantes do registro de preços.

17. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, ENTREGA E CONDIÇÕES:

17.1. O prazo para a retirada do material e dos serviços licitadas **é parcelado de até 1 (um) ano**, contado a partir da data da assinatura da ata de registro ou do contrato e exclusivo critério da Prefeitura, esse prazo poderá ser prorrogado mediante concordância entre Município e empresa fornecedora.

17.2. Os serviços serão prestados na sede do licitante vencedor.

17.3. Para a prestação dos serviços especificados, deverá a licitante vencedora estar afastada em distância viária não superior a 25 (vinte e cinco) Km da Sede da Prefeitura Municipal de Botuverá, em razão do deslocamento dos servidores públicos para realização dos exames, **conforme descrição do objeto item 2.1.**

17.4. A qualquer tempo, a Prefeitura Municipal de Botuverá poderá solicitar atendimento no Município, com dia e hora previamente especificada, sem qualquer ônus para Administração Pública.

17.5. Depois de emitida autorização de fornecimento pela **CONTRATANTE**, o **FORNECEDOR** terá o prazo de **até 03 (três) dias úteis** para fazer a entrega do serviço solicitado.

17.6. Caso a licitante se recuse a entregar o bem/serviço proposto ou venha a fazê-lo fora das orientações ou especificação, a contratante, poderá independentemente de qualquer aviso ou notificação, optar pela convocação dos demais licitantes na ordem de classificação, ficando sujeita as penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93.

17.5. A presente licitação não gera a obrigação da retirada total da quantidade licitada por parte da Prefeitura de Botuverá, não cabendo a contratada quaisquer indenização pelos saldos.

18. DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS:

18.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências

incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

18.2. A CONTRATADA deverá formular a CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

18.3. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, encargos de funcionários e etc., alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

18.4. Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor global pactuado; e

18.5. O CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

18.6. Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

18.7. Os efeitos financeiros da Revisão de Preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

18.8. Se observada a normalidade do andamento do contrato, não serão permitidos quaisquer tipos de reajuste do valor do mesmo.

18.9. As alterações decorrentes de Revisões de Preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais de Aditivos.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. A entrega da proposta implica, automaticamente, na aceitação tácita e irrevogável das condições de participação, não sendo válida qualquer alegação de desconhecimento ou de ignorância das condições estabelecidas neste Edital.

19.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.3. Será concedido vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

19.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do bem ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, vedados a juntada de documento ou informação que deveria constar originariamente do envelope de proposta ou de habilitação.

19.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

19.6. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse do Município de BOTUVERÁ, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

19.7. O Pregoeiro, no interesse da Prefeitura Municipal de BOTUVERÁ, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.8. Se, por qualquer motivo, não houver expediente na Prefeitura Municipal de BOTUVERÁ nas datas previstas para entrega e/ou abertura dos envelopes das propostas, como também dos prazos de recursos, estas ficarão automaticamente prorrogadas para o dia seguinte de expediente normal.

19.9. A empresa vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais conforme trata o parágrafo 1º do artigo 65, da Lei 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem, **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato.

19.10. Os casos omissos e não previstos neste Edital serão resolvidos pela COMISSÃO, a luz da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

20. FORO:

20.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Brusque/SC.

21. CONSULTAS OU ESCLARECIMENTOS:

21.1. A documentação completa para exame, informações e consultas de ordem geral quanto a Licitação, serão fornecidas no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de BOTUVERÁ, no horário das **8:00 às 11:30 horas ou das 13:30 horas às 17:00 horas**, em todos os dias úteis.

21.2. Em caso de dúvidas, informações poderão ser obtidas através dos telefones (47) 3359-1170 ou pelo e-mail: compras@botuvera.sc.gov.br - vilimar@botuvera.sc.gov.br ou pessoalmente na Prefeitura Municipal de Botuverá.

21.3. As consultas serão encaminhadas por escrito, assinada pelo representante legal da consulente, endereçada à Comissão da Licitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecederem a data de abertura dos envelopes.

21.4. As consultas serão respondidas pela Comissão de Licitação ou pela autoridade competente, via fax ou carta, a todos os interessados.

22. ANEXOS:

22.1- Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Declaração de ciência das normas do edital.

Anexo II – Modelo de Declaração de Não Emprego de Menores.

Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento.

Anexo IV – Modelo da Ata de Registro de Preço.

Anexo V – Modelo da Proposta de Preço.

Anexo VI – Termo de Referencia de Orçamento do Objeto do Edital.

Botuverá/SC, 24 de Novembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COMOMBI
Prefeito Municipal

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS NORMAS DO EDITAL

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
ciente das normas do Edital, declara sob as penas da lei, que cumpriu fielmente todos os requisitos
de comprovação para habilitação do Processo Licitatório nº 62/2015 - Pregão Presencial nº 34/2015
promovido pela Prefeitura Municipal de Botuverá.

Data e local

Assinatura do Representante Legal

Nome do Representante Legal

Cargo

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

REFERENTE: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

....., inscrito no CNPJ
nº....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade
nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no
inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º. 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(Data)

.....
(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Botuverá/SC, processo licitatório nº 62/2015, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº. 34/2015, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ Nº. _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa

Nome do dirigente da empresa

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015 EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015 SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

MODELO

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO N 62/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Aos dias do mês de de 2014, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ LUIZ COLOMBI, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 455.167.669-15, residente e domiciliado na Rua 09 de Junho, nº s/nº, Centro, BOTUVERÁ, SC, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro a empresa, estabelecida à, nº....., Bairro....., BOTUVERÁ/SC, inscrita no CGC/MF sob nº, representada pelo(a) Sr(a), (qualificação), CPF nº, residente e domiciliado na, nº..... simplesmente denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório nº 62/2015 e homologada em, referente à Pregão Presencial nº 34/2015 para Registro de Preços de material colocado constantes do presente Processo Licitatório, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93, com alteração dada pela Lei nº 8.883/94, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais nº. 1.142, nº 1.660, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para a Prefeitura Municipal de BOTUVERÁ.

1.2 A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. DO PREÇO

2.1 O preço proposta pela proponente de cada um dos itens abaixo especificado que é parte integrante deste instrumento conforme segue:

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO /PRODUTO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
001	12	MES	Código 7020: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional-PCMSO. Elaborar Exames Admissional, Demissional, Periódicos, Retorno ao Trabalho, Mudanças de Função e Abonar Atestados Médicos, Conforme NR 7. (Valor pagamento mensal, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).		
002	01	ANO	Código 7021: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA. Elaborar programa de prevenção de riscos ambientais, conforme NR 9. (Valor pagamento anual, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da		

			Saúde).		
003	01	ANO	Código 7022: Serviços Médicos Para Elaboração e Execução do Laudo Técnico Das Condições Do Ambiente De Trabalho-LTCAT. Elaborar laudo técnico das condições do ambiente de trabalho, conforme NR15 e NR16. (Valor pagamento anual, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).		
004	01	CANT	Código 7023: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho-PCMAT. Elaborar programa de condições e meio ambiente de trabalho, conforme NB 18. (Valor pagamento por canteiro de obra ou cada etapa de trabalho na Prefeitura).		
005	01	UND	Código 7024: Serviços de Implantação, Assessoria, Curso e Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA.		
006	30	UND	Código 7025: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP.		
007	50	EXA	Código 7026: Serviço Médico Para Realizar Exame de Acuidade Visual.		
008	50	EXA	Código 7027: Serviços Médico Para Realizar Exame de Audiometria.		
009	50	EXA	Código 7028: Serviços Médico Para Realizar Exame de Espirometria.		
010	50	EXA	Código 7029: Serviços Médico Para Realizar Exame de Raio X do Tórax PA.		
011	50	EXA	Código 7030: Serviços Médico Para Realizar Exame de Eletrocardiograma.		
012	50	EXA	Código 7031: Serviços Médico Para Realizar Exame de Eletroencefalograma.		
013	50	EXA	Código 7032: Serviços Médico Para Realizar Exame de Avaliação Neurológica.		
014	50	EXA	Código 7033: Serviços Médico Para Realizar Exame de Avaliação Neurológica.		

2.2 Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

3. DO REAJUSTE e REVISÃO DE PREÇOS

3.1 - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações,

poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

3.2 - A CONTRATADA, deverá formular a CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

3.3 - A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, encargos sociais de funcionários e etc., alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

3.4 - Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor global pactuado; e

3.5 - O CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.6 - Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

3.7 - Os efeitos financeiros da Revisão de Preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

3.8 - Se observada a normalidade do andamento do contrato, não serão permitidos quaisquer tipos de reajuste do valor do mesmo.

3.9 - As alterações decorrentes de Revisões de Preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

4. DOS PRAZOS

4.1 O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da convocação expedida pelo MUNICÍPIO, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MUNICÍPIO.

4.2 O prazo de validade do **Registro de Preços será de 01 (um) ano ou 12 (doze) meses**, contado da assinatura da presente ata e prorrogável por igual período, caso houver interesse de ambas as partes.

4.3 A Vencedora e Contratada terá 03 (três) dias úteis para entrega do material/serviço, após receber a Ordem de serviço do objeto desta Licitação, contados a partir da data de emissão da referida ordem de fornecimento.

5. DOS PAGAMENTOS

5.1. O pagamento será efetuado no **prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data da efetiva entrega e de cada parcela empenhada, mediante apresentação da Ordem de Compra e da Nota Fiscal dos Serviços executado (s), com a devida vistoria realizada por servidor responsável, comprovando a conformidade da entrega do material ou da realização dos serviços contratados.

5.2. Para efeito de pagamento, serão consideradas as quantidades do material recebido e dos serviços

efetivamente executadas e atestada pelo responsável da Prefeitura Municipal.

5.3. O preço a ser pago será o vigente na data da requisição e da aquisição do material e dos serviços constante, na ata de **SISTEMA REGISTRO DE PREÇO** apresentado na proposta.

5.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

5.5. Para facilidade de pagamento, solicitamos a indicação do número da conta bancária, nome do banco e agência.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o município e o fornecedor, serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. O município poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes ou nota de empenho, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do par. 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

6.3. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

6.4. Observados os critérios e condições estabelecidos no presente Edital, a Administração poderá contratar mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observado as condições do Edital e o preço registrado.

6.5. As autorizações de fornecimentos deverão ser formalizadas pela Secretaria Municipal de Administração através de RH. Os serviços contratados do Lote 01 itens 001 a 0014 deverão ser executados, num prazo máximo de 03 (dias) dias uteis.

7. DAS PENALIDADES

7.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, o FORNECEDOR sujeitar-se-á às penalidades de advertência, impedimento temporário de licitar com a Administração Pública Municipal e declaração de idoneidade, que poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual ou cancelamento do registro.

7.2 A recusa injustificada do fornecedor em assinar a Ata de Registro de Preço ou instrumento contratual, dentro do prazo previsto no item 4.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à pena de impedimento temporário para licitar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, contado da data da notificação, bem como multa correspondente a **10 %** (vinte por cento) do valor total dos serviços.

7.3 Ocorrendo atraso na execução será aplicado multa de **0,2%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato.

7.4 No descumprimento de quaisquer outras cláusulas do contrato, que não impliquem cumprimento de prazos, será aplicado uma multa de **10%** (dez por cento) do total dos serviços.

7.5 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s).

8. DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2 Caso o MUNICÍPIO não utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital e na Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

8.4 O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação nas seguintes hipóteses:

I – Pelo MUNICÍPIO, quando:

01. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou ata de registro de preços;

b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 06.07.94.

II - pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

9.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

9.3 A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 10.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

9.4 No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

9.5 A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório caso não aceitas as razões do pedido.

9.6 Enquanto perdurar o cancelamento, poderá ser realizado novas licitações para execução de serviços constantes do registro de preços.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.9. A empresa vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais conforme trata o parágrafo 1º do artigo 65, da Lei 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem, **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato.

19.10. Os casos omissos e não previstos nesta ata serão resolvidos, a luz da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

11. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brusque/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

BOTUVERÁ, de De 2015

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Contratada

ANEXO V

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores:

01. A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015 PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2015**, os quais comprometemo-nos a cumprir integralmente.

2. Concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e ainda declaramos que esta proposta tem validade DE 60 DIAS

3. PROPOSTA DE PREÇOS:

3.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, CONFORME SEGUE:

LOTE 01						
ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO / PRODUTO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
001	12	MES	Código 7020: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional-PCMSO. Elaborar Exames Admissional, Demissional, Periódicos, Retorno ao Trabalho, Mudanças de Função e Abonar Atestados Médicos, Conforme NR 7. (Valor pagamento mensal, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).			
002	01	ANO	Código 7021: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA. Elaborar programa de prevenção de riscos ambientais, conforme NR 9. (Valor pagamento anual, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).			
003	01	ANO	Código 7022: Serviços Médicos Para Elaboração e Execução do Laudo Técnico Das Condições Do Ambiente De Trabalho-LTCAT. Elaborar laudo técnico das condições do ambiente de trabalho, conforme NR15 e NR16. (Valor pagamento anual, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).			

004	01	CANT	Código 7023: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho-PCMAT. Elaborar programa de condições e meio ambiente de trabalho, conforme NB 18. (Valor pagamento por canteiro de obra ou cada etapa de trabalho na Prefeitura).			
005	01	UND	Código 7024: Serviços de Implantação, Assessoria, Curso e Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA.			
006	30	UND	Código 7025: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP.			
007	50	EXA	Código 7026: Serviço Médico Para Realizar Exame de Acuidade Visual.			
008	50	EXA	Código 7027: Serviços Médico Para Realizar Exame de Audiometria.			
009	50	EXA	Código 7028: Serviços Médico Para Realizar Exame de Espirometria.			
010	50	EXA	Código 7029: Serviços Médico Para Realizar Exame de Raio X do Tórax PA.			
011	50	EXA	Código 7030: Serviços Médico Para Realizar Exame de Eletrocardiograma.			
012	50	EXA	Código 7031: Serviços Médico Para Realizar Exame de Eletroencefalograma.			
013	50	EXA	Código 7032: Serviços Médico Para Realizar Exame de Avaliação Neurológica.			
014	50	EXA	Código 7033: Serviços Médico Para Realizar Exame de Avaliação Neurológica.			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA – ITENS 001 A 014.....R\$						

3.1.1. O Julgamento das propostas será feito pelo Menor Preço Global Por Lote. Deverá ser apresentadas propostas em todos os itens DE 001 A 014 do Lote nº 01. Caso contrário a proposta será desclassificada.

4. Declaramos que na elaboração da nossa proposta foram observadas todas as especificações contidas neste processo licitatório, não havendo, qualquer vantagem ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei, tampouco previstos no Edital de licitação e à disposição de todos os licitantes, bem como se encontram inclusas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas necessárias a entrega dos bens ou realização dos serviços e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou

dispêndios resultantes de impostos, taxas, fretes, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais.

5. Os dados de identificação de nossa empresa são os seguintes:

Nome: _____ **CNPJ:** _____

Endereço: _____ **CEP:** _____

Cidade: _____ **UF:** _____

Nº. Conta Corrente: _____ **Nº. Agência:** _____ **Banco:** _____

Telefone: _____ **Fax-símile:** _____

Local e data: _____ / _____ / _____

**(Nome completo e assinatura do(s) representante(s)
Legal (s) da licitante)**

Carimbo CNPJ

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

TERMO DE REFERENCIA DE ORÇAMENTO DO OBJETO DO EDITAL

TERMO DE REFERENCIA CONFORME ORÇAMENTOS APRESENTADOS VALORES ESTIMADOS DO OBJETO DO PRESENTE EDITAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, CONFORME SEGUE:

LOTE 01					
ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO / PRODUTO	PREÇO UNT	PREÇO TL
001	12	MES	Código 7020: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional-PCMSO. Elaborar Exames Admissional, Demissional, Periódicos, Retorno ao Trabalho, Mudanças de Função e Abonar Atestados Médicos, Conforme NR 7. (Valor pagamento mensal, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).	R\$1.879,10	R\$22.549,20
002	01	ANO	Código 7021: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA. Elaborar programa de prevenção de riscos ambientais, conforme NR 9. (Valor pagamento anual, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).	R\$2.316,10	R\$2.316,10
003	01	ANO	Código 7022: Serviços Médicos Para Elaboração e Execução do Laudo Técnico Das Condições Do Ambiente De Trabalho-LTCAT. Elaborar laudo técnico das condições do ambiente de trabalho, conforme NR15 e NR16. (Valor pagamento anual, estimado em 230 funcionários da Prefeitura e Fundo da Saúde).	R\$2.622,00	R\$2.622,00
004	01	CANT	Código 7023: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho-PCMAT. Elaborar programa de condições e meio ambiente de trabalho, conforme NB 18. (Valor pagamento por canteiro de obra ou cada etapa de trabalho na Prefeitura).	R\$1.550,00	R\$1.550,00
005	01	UND	Código 7024: Serviços de Implantação, Assessoria, Curso e Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA.	R\$3.000,00	R\$3.000,00
006	30	UND	Código 7025: Serviços Médico Para Elaboração e Execução do Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP.	R\$20,00	R\$600,00

007	50	EXA	Código 7026: Serviço Médico Para Realizar Exame de Acuidade Visual.	R\$17,50	R\$875,00
008	50	EXA	Código 7027: Serviços Médico Para Realizar Exame de Audiometria.	R\$33,00	R\$1.650,00
009	50	EXA	Código 7028: Serviços Médico Para Realizar Exame de Espirometria.	R\$40,00	R\$2.000,00
010	50	EXA	Código 7029: Serviços Médico Para Realizar Exame de Raio X do Tórax PA.	R\$36,00	R\$1.800,00
011	50	EXA	Código 7030: Serviços Médico Para Realizar Exame de Eletrocardiograma.	R\$47,00	R\$2.350,00
012	50	EXA	Código 7031: Serviços Médico Para Realizar Exame de Eletroencefalograma.	R\$125,00	R\$6.250,0
013	50	EXA	Código 7032: Serviços Médico Para Realizar Exame de Avaliação Neurológica.	R\$100,00	R\$5.000,00
014	50	EXA	Código 7033: Serviços Médico Para Realizar Exame de Avaliação Neurológica.	R\$92,00	R\$4.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ORÇAMENTOS APRESENTADOS R\$					R\$57.162,30

BOTUVERÁ, 24 de Novembro de 2015.

Setor de Licitações
Vilimar Fischer